

INTERVENÇÃO FINAL

NO DEBATE DO PROGRAMA DO XIII GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

HORTA, 11 DE DEZEMBRO 2020

**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Secretário Regionais,
Açorianas e Açorianos,**

Na primeira intervenção que faço desta tribuna na XII Legislatura, começo por dirigir uma saudação ao Senhor Presidente da Assembleia e aos restantes membros da Mesa, formulando votos dos maiores sucessos no exercício das suas funções, bem como por dirigir idêntica saudação a todas as Senhoras e Senhores Deputados que constituem o Parlamento dos Açores.

Uma saudação, também, ao Senhor Presidente do Governo e a todos os membros do XIII Governo Regional.

Faço sinceros votos que o trabalho de todos nós constitua um fértil exercício de fortalecimento da nossa Autonomia, que seja sinónimo de defesa, promoção e realização dos interesses da nossa Região e de todos os Açorianos.

Por força da lei, e à semelhança dos anteriores governos regionais, o XIII Governo vem perante este Parlamento solicitar a aprovação do seu Programa, condição de cuja existência depende a sua entrada em plenitude de funções.

Este é, pois, pelo seu significado e importância políticos, um dos momentos maiores do exercício da nossa Autonomia.

E por ser um dos momentos maiores do exercício da nossa Autonomia, sou um dos que entende que este é um daqueles que exige particular clareza, transparência e concretização.

É isso que, desde logo, em nome do Partido Socialista, - partido que mereceu a confiança maioritária expressa pelo voto -, mas, também, no nome de todos os

Açorianos que aqui representamos, procurarei fazer na explicitação do nosso posicionamento neste procedimento que a Democracia impõe e a Lei determina.

As circunstâncias e o contexto que envolvem a indigitação, formação e composição deste Governo, impõem uma referência a essa fase prévia à sua chegada a este momento.

No final de três dias de debate, que conclusões podemos, então, retirar, e, da parte do Partido Socialista, efetivamente, retiramos de tudo o que vimos e de tudo o que ouvimos.

A primeira dessas conclusões é que a forma como é encarado este documento pelo Governo é a inversa, a contrária, àquela que deveria ser.

Este documento serve mal o propósito de disfarçar aquilo que é indisfarçável:

O Programa do XIII Governo é uma desesperada tentativa de justificar a tomada do poder e não de dar ao poder o enquadramento propositivo para concretizar um Programa.

Querem fazer a casa a começar pelo teto.

O resultado não é famoso, nem, receio eu, será positivo.

Ao longo de três dias de debate, o Governo oscilou, erráticamente, entre a cópia e a continuidade do que tanto combateram como negativo no passado e a ausência de resposta quanto a metas, objetivos, formas concretas de concretizar as generalidades nas quais o Programa de Governo é pródigo.

Esta dualidade fica bem patente quando as duas principais características do discurso do Governo e dos partidos que o suportam foram a certeza, a segurança e a determinação de aproveitar o que, afinal, estava a ser bem feito, e a incerteza, insegurança e até incapacidade de concretizar as intenções e votos pios da sua impreparação.

A segunda conclusão que este debate revelou é que este Governo, e os partidos que o suportam, é mais diligente e pressuroso em atacar o PS e o seu património político do que em olhar o Futuro e o desenvolvimento dos Açores.

Dito de outra forma, o Governo, e os partidos que o suportam, tentaram transformar este debate na segunda volta das eleições legislativas regionais do passado dia 25 de outubro, procurando aqui a legitimidade que, com total liberdade, o Povo Açoriano expressivamente lhes recusou nas urnas.

A intervenção que me sucedeu é bem o exemplo dessa postura.

Mas há mais.

Dois casos ilustram bem essa tentativa:

Aquele que foi protagonizado pelo Senhor Secretário Regional das Finanças e aquele que foi protagonizado pelo Senhor Secretário Regional da Saúde.

Correu-lhes mal.

O primeiro quis tosquiar, mas saiu tosquiado.

No lamentável episódio da “decisão” que, afinal não era “decisão”, mas que, - repare-se! -, no entender do senhor secretário, não pode deixar de ser a decisão a tomar pela Comissão Europeia sobre a SATA!

O Senhor Secretário Regional das Finanças mentiu ao Parlamento dos Açores e mentiu ao Povo Açoriano.

A irresponsabilidade e a leviandade demonstradas num assunto de tamanha importância estratégica para a nossa Região, não auguram nada de bom.

Com que cara, com que coerência o Senhor Secretário Regional das Finanças se apresentará na próxima reunião com a Comissão Europeia sobre este assunto a defender a SATA e os Açores?

O que do lado de lá da mesa lhe dirão é: “Mas então se o senhor já anunciou publicamente que está convencido que as ajudas são ilegais, o que quer que nós, Comissão Europeia, façamos?!”

Seria cómico, se não fosse trágico.

Trágico para a SATA, assim instrumentalizada como arma de arremesso político, sem o mínimo pudor ou respeito pela sua história, pelos seus colaboradores e pelos seus desafios.

Trágico para os Açores e para os Açorianos porque, pela mão do próprio Governo, são infligidos à nossa “companhia de bandeira” severos danos reputacionais face aos seus clientes, aos seus parceiros comerciais e financeiros e face à Comissão Europeia.

Trágico, por fim, para o próprio Governo que, ainda nem entrou em funções plenas, e já desbaratou o capital de confiança, de lealdade institucional e de respeito no relacionamento com a Comissão Europeia sobre este assunto, que foi construído pelo anterior Governo Regional.

Já seria mau que o Senhor Secretário Regional das Finanças se prontificasse a ser testemunha de acusação contra o anterior Governo nesta matéria.

O que é mesmo mau demais é que, com o seu comportamento irresponsável, em menos de 3 semanas, o senhor secretário se preste conscientemente a ser, ao mesmo tempo, testemunha de acusação, juiz e carrasco da SATA.

O segundo caso tem como protagonista o Senhor Secretário Regional da Saúde o qual, na questão da capacidade do nosso Serviço Regional de Saúde para lidar com esta situação de pandemia, teve uma entrada de leão e saída de sendeiro.

Três dias após ter anunciado o apocalipse no Serviço Regional de Saúde, entre ruturas e colapsos – claro está, insinuando a culpa do anterior Governo do Partido Socialista -, que lançaram o alarme, a angústia e o medo, veio, ele próprio, desmentir-se: afinal, não era verdade o que tinha dito antes, o Serviço Regional de Saúde não está à beira da rutura, nem à beira do colapso!

Apesar de tudo, percebe-se a tentativa de, como disse, querer transformar este debate no ajuste de contas, na segunda volta, das eleições regionais do passado dia 25 de outubro.

Percebe-se por uma razão muito simples: é que este governo, esta solução de Governo precisa desesperadamente de esconder que, apesar de ter a força da soma dos mandatos parlamentares, não tem a força da legitimidade do voto dos Açorianos.

Alguns não se coibiram de tentar esconder esse facto afirmando que a soma dos votos dos partidos que suportam e apoiam o Governo é superior aos votos obtidos pelo Partido Socialista e que, portanto, na sua opinião, isso dá legitimidade do voto a esta solução do Governo.

Esquecem-se, convenientemente esquecem-se, de um elemento decisivo: para que isso fosse verdade, para que isso fosse assim, era necessário que, antes das eleições, os senhores tivessem assumido perante o Povo Açoriano que, se tivessem a maioria dos mandatos, formariam um Governo.

Como o Povo Açoriano bem sabe, os senhores não só não disseram isso, como proclamaram, exatamente, o contrário:

O PSD disse que nunca se coligaria com o CHEGA;

O CHEGA disse que era um partido anti-sistema e que, portanto, isso de apoiar governos não era com eles

O PPM disse do líder do PSD, e atual Presidente do Governo, aquilo que Maomé não disse do toucinho;

E agora, perante isto que foi dito, querem convencer-nos que, quando os Açorianos deram a vitória eleitoral ao Partido Socialista e infligiram uma derrota a cada um dos partidos que suportam e apoiam o Governo, quiseram dizer: os senhores que formem um governo.

Mas quem pensam os Senhores que são os Açorianos?!

Aqueles que, ao longo destes três dias, tudo fizeram para, sem razão, imputar ao PS uma atitude arrogante, não perceberam que, agindo como agiram, apenas revelaram, eles sim, a arrogância dos vencidos e a soberba dos derrotados.

Os senhores perderam as eleições do passado dia 25 de outubro e perderam o debate da legitimidade popular da vossa solução!

**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,
Açorianas e Açorianos,**

Com menos de três semanas de existência, este XIII Governo Regional revela uma inquietante e preocupante dessintonia entre aquilo que proclama e aquilo que faz.

Por muitas proclamações grandiloquentes que façam, a realidade começa, pouco a pouco, a revelar-se: este Governo diz uma coisa e faz o seu contrário!

Vamos a exemplos concretos:

O primeiro deles tem a ver com o autoproclamado compromisso da desgovernamentalização.

Também aqui, este foi sol de pouca dura

Não só a própria composição do XIII Governo Regional nos trouxe o maior Governo de sempre da história da Autonomia, como a recente publicação da orgânica do mesmo governo nos traz, só aí, e entre outras novidades, qualquer coisa como seis novas e mimosas direções regionais.

E é assim que, antes, ainda de entrar em plenitude de funções, e só com aquilo que se sabe por ter sido obrigatória a sua publicação, estamos a falar num crescimento de mais de um milhão de euros anual nas despesas com os ordenados dos cargos de nomeação política.

Mas nessa incongruência e contradição aquele que se considera o principal partido do atual governo arrasta consigo outros parceiros de coligação ou do apoio parlamentar, com o CHEGA e o Iniciativa Liberal à cabeça.

Para quem ainda tivesse ilusões, ficaram as mesmas desfeitas.

Para esses partidos, o aumento das despesas com os salários dos cargos de nomeação política só é problema quando não são eles a fazer, direta ou indiretamente, essas nomeações.

E um pouco de coerência, não?!

Mas as contradições, o dizer uma coisa e fazer outra, que, obviamente, fragilizam o Governo perante si, perante os seus parceiros e, sobretudo, perante o Povo Açoriano, não resultam apenas do cotejo entre o que foi dito antes e o que é feito agora.

Também entre as proclamações de agora, e aquilo que o Governo se propõe fazer há flagrantes contradições.

Um desses exemplos tem a ver com a relação entre os propósitos nas áreas da Autonomia, da Solidariedade Social e utilização do diferencial fiscal até ao máximo permitido por lei, em todos os impostos onde isso é possível e em todos os escalões de rendimento.

Eu sei que, para o Iniciativa Liberal, essa é, e sempre foi, uma questão de convicção. Respeito-o pela sua coerência.

No entanto, por detrás da retórica do Governo, esta é, no momento e na conjuntura que atravessamos, uma má solução para os Açores e uma má solução para os Açorianos.

É uma má solução, no momento e conjuntura que atravessamos, porque ao fazê-lo da maneira como pretende fazer, o Governo abdica da nossa capacidade de estabelecer uma solução diferente da solução nacional nesta matéria.

Em vez de usar a nossa Autonomia para ter uma solução, açoriana e autonomista, que fortaleça a função que o sistema fiscal também cumpre de correção das desigualdades sociais, o Governo pretende abdicar desse poder e dessa possibilidade passando, apenas, a reproduzir, com um corte de 30%, a solução nacional.

Como poderia o Governo fazer isso?

Como foi feito até aqui: Todos beneficiam de uma diminuição fiscal mas os impostos são mais baixos para quem menos recebe e menos baixos para quem mais recebe.

Mas não é isto que este Governo pretende fazer.

O que resulta da proposta do Governo é que, por exemplo, no caso do IRS, quem tem salários mais baixos, ou não terá nenhuma redução de impostos, ou, tendo-a, ela será quase insignificante e menor, mas mesmo muito menor, do que aquela que o Governo pretende para quem ganha mais.

A abordagem fiscal deste Governo, neste momento e nesta conjuntura, não contribui para a diminuição das desigualdades sociais.

Pelo contrário, agrava-as e aprofunda-as.

Isso acontece com o IRS, mas também acontece com o IRC e com o IVA.

Mas tão ou mais significativo e revelador do que a abordagem que este Governo pretende ter em matéria de redução de impostos, é o que não se sabe sobre a forma como o Governo pretende compensar a inevitável quebra de receita.

Uma coisa é certa: não é através da redução de cargos de nomeação política. Esses aumentam...

Por tudo aquilo que aqui ficou exposto ao longo destes três dias de debate, em nossa opinião, não é este o caminho que os Açores devem seguir para não deixar ninguém para trás.

É certo que este debate não revelou muito daquilo que este Governo pretende fazer de novo ou fazer de diferente.

Mas o que revelou, é motivo de apreensão.

O que revelou, não pode deixar de ser motivo de grande preocupação.

**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,
Açorianas e Açorianos,**

Mas da minha parte, e da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, há algo mais que pode, e deve, ser dito neste espaço e neste momento.

E esse algo mais é dirigido, em primeiro lugar, ao Povo Açoriano, às Açorianas e aos Açorianos que nos ouvem, aos que tendo votado no Partido Socialista, ou tendo votado em qualquer outro partido, também estão apreensivos, preocupados e, em alguns casos, revoltados pelo facto de ter sido dada esta utilização aos seus votos.

E a mensagem que quero transmitir é uma mensagem de Esperança e de Confiança.

À semelhança do que fiz, pelo menos desde 2012, esta é a mensagem que gostaria de transmitir: Esperança e Confiança.

Esperança e Confiança nos méritos da nossa Autonomia, mesmo considerando os aspetos em que ela pode ser melhorada e aperfeiçoada;

Esperança e Confiança nos órgãos de governo próprio da nossa Região, entre os quais se inclui, como primeiro e principal, este Parlamento;

Esperança e Confiança nos Açores e nos Açorianos, naquilo que nos une, naquilo que nos motiva, naquilo que nos orgulha como Povo e como Região;

Esperança e Confiança que nas nossas diferenças, por mais intransponíveis que elas possam parecer, tenhamos sempre a capacidade de nos unirmos, valorizando o essencial em detrimento do acessório;

Sem temores e sem receios, é com Esperança e Confiança que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se apresenta para servir os Açores e os Açorianos nesta XII Legislatura, com honra e com orgulho no mandato que o Povo Açoriano nos concedeu.

Porque, parafraseando Antero de Quental, não há mais alta missão, mais alta glória, do que combater, à grande luz da história, os combates pelo progresso, bem-estar e desenvolvimento do nosso Povo!

Senhor Presidente,

Dentro das regras que regem o funcionamento deste Parlamento, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está pronto para passarmos à votação do Programa do XIII Governo Regional dos Açores.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 11 de novembro de 2020

O Presidente do Grupo Parlamentar do PS/Açores

Vasco Alves Cordeiro